



**DECRETO N.º 1105/2015**

***Dispõe sobre a regulamentação do acesso a informações previsto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e dá outras providências.***

**FERNANDO FIORI DE GODOY**, Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e, ainda;

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal assegura a todos o direito de receber informações dos órgãos públicos na forma especificada em seu Artigo 5º, incisos XIV e XXXIII;

**CONSIDERANDO** o § 2º, do Artigo 216 da Constituição Federal, o qual dispõe que cabem à Administração Pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados;

**CONSIDERANDO**, ainda, o disposto no inciso II, do § 3º, do Artigo 37 da Carta Magna, o qual reza que a lei deve disciplinar as formas de participação do usuário na Administração Pública Direta e Indireta, regulando especialmente o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observando o disposto no Artigo 5º, incisos X e XXXIII;

**CONSIDERANDO**, finalmente, que o Governo Federal sancionou a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que trata da regulamentação do acesso a informações previstas nos dispositivos constitucionais citados acima,

**DECRETO:**

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Este decreto regulamenta no âmbito do Poder Executivo Municipal, os procedimentos para a garantia do acesso à informação, conforme o disposto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

**Art. 2º** Os órgãos e as entidades do Poder Executivo Municipal assegurarão, às pessoas naturais e jurídicas, o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da Administração Pública e as diretrizes previstas na Lei Federal nº 12.527/11.



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA**

AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP  
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br

*Capital Nacional das Flores*

Continuação do Decreto n.º 1105/2015.

**Art. 3º** Para os efeitos deste decreto considera-se:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - dados processados: dados submetidos a qualquer operação ou tratamento por meio de processamento eletrônico ou por meio automatizado com o emprego de tecnologia da informação;

III - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

IV - informação sigilosa: informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquelas abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;

V - informação pessoal: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;

VI - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

VII - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VIII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

IX - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

X - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações;

XI - informação atualizada: informação que reúne os dados mais recentes sobre o tema, de acordo com sua natureza, com os prazos previstos em normas específicas ou conforme a periodicidade estabelecida nos sistemas informatizados que a organizam; e

XII - documento preparatório: documento formal utilizado como fundamento da tomada de decisão ou de ato administrativo, a exemplo de pareceres e notas técnicas.

**Art. 4º** A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

**CAPÍTULO II  
DA ABRANGÊNCIA**

**Art. 5º** Sujeitam-se ao disposto neste decreto os órgãos da Administração Direta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA**

AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP  
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br

*Capital Nacional das Flores*

**Continuação do Decreto n.º 1105/2015.**

sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo município da Estância Turística de Holambra.

**Art. 6º** O acesso à informação disciplinado neste decreto não se aplica às:

I - hipóteses de sigilo previstas na legislação, como fiscal, bancário, de operações e serviços no mercado de capitais, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça; e

II - informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, na forma do § 1º, do Artigo 7º, da Lei Federal nº 12.527/11.

**CAPÍTULO III  
DA TRANSPARÊNCIA ATIVA**

**Art. 7º** É dever dos órgãos e entidades promover, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios na Internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, observando o disposto nos Artigos 7º e 8º da Lei Federal nº 12.527/11.

§ 1º - Os órgãos e entidades deverão implantar em seus sítios na Internet seções específicas para a divulgação das informações de que trata o *caput*.

§ 2º - Deverão ser divulgadas, nas seções específicas de que trata o parágrafo anterior, informações sobre:

I - estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público;

II - programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto;

III - repasses ou transferências de recursos financeiros;

IV - registros das despesas;

V - licitações em andamento, inclusive os respectivos editais, anexos e resultados, bem como todos os contratos firmados a partir da entrada em vigor deste decreto;

VI - remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo e emprego público, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa;

VII - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade; e

VIII - contato da autoridade de monitoramento, designada nos termos do Artigo 40, da Lei Federal nº 12.527/11.



**Continuação do Decreto n.º 1105/2015.**

**§ 3º** - As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na Internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.

**§ 4º** - A divulgação das informações previstas no § 2º não exclui outras hipóteses de publicação e divulgação de informações previstas na legislação.

**Art. 8º** Os sítios na Internet dos órgãos e entidades deverão atender aos seguintes requisitos, entre outros:

I - possibilitar gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

II - garantir autenticidade, integridade e atualidade das informações disponíveis para acesso;

III - indicar instruções que permitam ao requerente comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade.

**CAPÍTULO IV**  
**DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA**  
**Seção I**  
**Da competência**

**Art. 9º** Compete ao Setor de Comunicação:

I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;

II - informar sobre a tramitação de documentos nas unidades;

III - receber e registrar pedidos de acesso à informação em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido;

IV - encaminhar o pedido recebido e registrado à unidade responsável pelo fornecimento da informação, quando couber;

V - controlar o cumprimento dos prazos a que se refere este decreto;

VI - encaminhar a resposta fornecida pela unidade responsável, quando couber, ao requerente.

**Seção II**  
**Do pedido de acesso à informação**

**Art. 10** Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

**§ 1º** - O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico e físico, no sítio na Internet e no Setor de Comunicação.

**§ 2º** - O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação do pedido ao setor competente.



Continuação do Decreto n.º 1105/2015.

**Art. 11** O pedido de acesso à informação deverá conter:

- I - nome do requerente;
- II - número de documento de identificação válido;
- III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e
- IV - endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

**Art. 12** Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

- I - genéricos;
- II - desproporcionais ou desarrazoados; ou
- III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.
- IV - que tenham caráter sigiloso na forma da lei.

**Parágrafo único.** Na hipótese do inciso III, deste artigo, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

**Art. 13** São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

### **Seção III Do procedimento de acesso à informação**

**Art. 14** Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato.

**§ 1º** - Caso não seja possível o acesso imediato, o órgão ou entidade deverá, no prazo de até 20 (vinte) dias:

- I - enviar a informação ao endereço físico ou eletrônico informado;
- II - comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;
- III - comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;
- IV - indicar, caso tenha conhecimento, o órgão ou entidade responsável pela informação ou que a detenha; ou
- V - indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

**§ 2º** - Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida prevista no inciso II, do § 1º, deste artigo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA**

AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP  
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br

*Capital Nacional das Flores*

Continuação do Decreto n.º 1105/2015.

§ 3º - Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou documento, o órgão ou entidade deverá indicar data, local e modo para consulta, e disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original.

§ 4º - Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o parágrafo anterior, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

**Art. 15** O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por 10 (dez) dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de 20 (vinte) dias.

**Art. 16** Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o órgão ou entidade deverá orientar o requerente quanto ao local, data e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

**Parágrafo único.** Na hipótese do *caput* deste artigo, o órgão ou entidade desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

**Art. 17** Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos, o órgão ou entidade, observado o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará ao requerente guia de recolhimento ou documento equivalente, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

**Art. 18** Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

- I - razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;
- II - possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade que o apreciará; e
- III - possibilidade de apresentação de pedido de desclassificação da informação, quando for o caso, com indicação da autoridade classificadora que o apreciará.

§ 1º - As razões de negativa de acesso à informação classificada indicarão o fundamento legal da classificação, a autoridade que a classificou e o código de indexação do documento classificado.

§ 2º - Os órgãos e entidades disponibilizarão formulário padrão para apresentação de recurso e de pedido de desclassificação.

**Art. 19** O acesso a documento preparatório ou informação nele contida, utilizados como fundamento de tomada de decisão ou de ato administrativo, será assegurado a partir da edição do ato ou decisão.



Continuação do Decreto n.º 1105/2015.

#### **Seção IV Dos recursos**

**Art. 20** No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso ordinário no prazo de 10(dez) dias, contado da ciência da decisão, ao Departamento Jurídico, que deverá apreciá-lo no prazo de 05 (cinco) dias, contado da sua apresentação.

**Art. 21** No caso de omissão de resposta ao pedido de acesso à informação, o requerente poderá apresentar reclamação no prazo de 10 (dez) dias ao Departamento Jurídico, que deverá se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, contado do recebimento da reclamação.

**Parágrafo único.** O prazo para apresentar reclamação começará 30 (trinta) dias após a apresentação do pedido.

**Art. 22** Desprovido o recurso de que trata o Artigo 20 ou infrutífera a reclamação de que trata o Artigo 21 deste decreto, poderá o requerente apresentar recurso extraordinário no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência da decisão, à Comissão Mista de Julgamento de Recursos de Acesso à Informação, que deverá se manifestar na primeira reunião ordinária subsequente ao recebimento do recurso.

**§ 1º** - A Comissão poderá determinar que o órgão ou entidade preste esclarecimentos.

**§ 2º** - Provido o recurso, a Comissão fixará prazo para o cumprimento da decisão pelo órgão ou entidade.

#### **CAPÍTULO V DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS E SIGILOSAS**

**Art. 23** As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem detidas pelos órgãos e entidades:

I - terão acessos restritos a agentes públicos legalmente autorizados e a pessoa a que se referirem; e

II - poderão ter sua divulgação ou acesso por terceiros autorizados por previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que se referirem.

**Parágrafo único.** Caso o titular das informações pessoais esteja morto ou ausente, os direitos de que trata este artigo assistem ao cônjuge ou companheiro, aos descendentes ou ascendentes, conforme o disposto no parágrafo único, do Artigo 20, da Lei Federal n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e na Lei Federal n° 9.278, de 10 de maio de 1996.



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA**

AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP  
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br

*Capital Nacional das Flores*

Continuação do Decreto n.º 1105/2015.

**Art. 24** O tratamento das informações pessoais deve ser feito de formatransparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

**Art. 25** O consentimento referido no inciso II, do Artigo 23, deste decreto, não será exigido quando o acesso à informação pessoal for necessário:

I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização exclusivamente para o tratamento médico;

II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, prevista em lei, vedada a identificação da pessoa a que a informação se referir;

III - ao cumprimento de decisão judicial;

IV - à defesa de direitos humanos de terceiros; ou

V - à proteção do interesse público geral e preponderante.

**Art. 26** A restrição de acesso a informações pessoais de que trata o Artigo 23 não poderá ser invocada:

I - com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades, conduzido pelo Poder Público, em que o titular das informações for parte ou interessado; ou

II - quando as informações pessoais estiverem contidas em conjuntos de documentos necessários à recuperação de fatos históricos de maior relevância.

**Art. 27** O pedido de acesso a informações pessoais observará os procedimentos previstos neste decreto e estará condicionado à comprovação da identidade do requerente.

**Parágrafo único.** O pedido de acesso a informações pessoais por terceiros deverá ainda estar acompanhado de:

I - comprovação do consentimento expresso de que trata o inciso II, do Artigo 23, por meio de procuração;

II - comprovação das hipóteses previstas no Artigo 26;

III - demonstração do interesse pela recuperação de fatos históricos de maior relevância; ou

IV - demonstração da necessidade do acesso à informação requerida para a defesa de direitos humanos ou para a proteção do interesse público e geral preponderante.

**Art. 28** O acesso à informação pessoal por terceiros será condicionado à assinatura de um termo de responsabilidade, que disporá sobre a finalidade e a



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA**

AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP  
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br

*Capital Nacional das Flores*

Continuação do Decreto n.º 1105/2015.

destinação que fundamentaram sua autorização, sobre as obrigações a que se submeterá o requerente.

§ 1º - A utilização de informação pessoal por terceiros vincula-se à finalidade e à destinação que fundamentaram a autorização do acesso, vedada sua utilização de maneira diversa.

§ 2º - Aquele que obtiver acesso às informações pessoais de terceiros será responsabilizado por seu uso indevido, na forma da lei.

**Art. 29** Aplica-se, no que couber, a Lei Federal n.º 9.507, de 12 de novembro de 1997, em relação à informação de pessoa, natural ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de órgãos ou entidades governamentais ou de caráter público.

**Art. 30** As informações sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de classificação em qualquer grau de sigilo nem ter seu acesso negado.

**Art. 31** Não poderá ser negado acesso às informações necessárias à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

**Parágrafo único.** O requerente deverá apresentar razões que demonstrem a existência de nexos entre as informações requeridas e o direito que se pretende proteger.

**Art. 32** O disposto na Lei Federal n.º 12.527/11 e neste decreto não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo município da Estância Turística de Holambra ou por pessoa física ou jurídica que tenha qualquer vínculo com o poder público.

**Art. 33** O acesso permanece restrito às informações que tratam do sigilo fiscal, bancário, patrimonial, médico, profissional, comercial, de correspondência e das comunicações telegráficas e de dados e das comunicações telefônicas, conforme legislação de regência.

**Art. 34** São passíveis de sigilo as informações consideradas imprescindíveis à saúde e à segurança da população.

**Art. 35** As informações de processos de trabalho que comprometam atividades de inteligência, de negociação, de investigação, de fiscalização em andamento ou de atividades relacionadas com prevenção ou repressão de infrações têm seu acesso público temporariamente restrito, podendo ser disponibilizadas a partir de sua conclusão.



Continuação do Decreto n.º 1105/2015.

**Art. 36** Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser elaparcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de vista, de extrato ou de cópia com ocultação da parte sob sigilo.

## CAPITULO VI DA COMISSÃO MISTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

**Art. 37** Fica instituída a Comissão Mista de Julgamento de Recursos de Acesso à Informação.

**Parágrafo único.** A Comissão será presidida pelo representante do Departamento Jurídico e contará com membros indicados pelos seguintes órgãos:

- I - um titular e um suplente do Departamento Administrativo;
- II - um titular e um suplente do Departamento de Finanças e Contabilidade;
- e
- II - um titular e um suplente do Gabinete.

**Art. 38** A Comissão Mista de Julgamento de Recursos de Acesso à Informação se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente.

§ 1º - As deliberações da Comissão serão tomadas por maioria simples dos votos.

§ 2º - O Presidente da Comissão poderá exercer, além do voto ordinário, o voto de igualdade para desempate.

**Art. 39** A Comissão Mista de Julgamento de Recursos de Acesso à Informação deverá apreciar os recursos previstos no Artigo 22, impreterivelmente, até a primeira reunião ordinária subsequente à data de sua autuação.

**Parágrafo único.** Provido o recurso, a Comissão deverá:

- I - comunicar ao Setor de Comunicação o teor da decisão; e
- II - determinar ao servidor responsável pela informação que adote, no prazo de 15(quinze) dias, as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 12.527/11 e neste decreto.

## CAPÍTULO VII DO MONITORAMENTO DA APLICAÇÃO DA LEI Seção I Da autoridade de monitoramento



Continuação do Decreto n.º 1105/2015.

**Art. 40** Compete ao Setor de Comunicação exercer as seguintes atribuições:

I - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei Federal n.º 12.527/11;

II - avaliar e monitorar a implantação do disposto neste decreto e apresentar ao dirigente máximo de cada órgão ou entidade relatório anual sobre o seu cumprimento, encaminhando-o ao Gabinete do Prefeito;

III - recomendar medidas para aperfeiçoar as normas e procedimentos necessários à implantação deste decreto;

IV - orientar os órgãos e entidades no que se refere ao cumprimento deste decreto, e

V - manifestar-se sobre recurso ordinário e reclamação apresentada contra omissão de autoridade competente, observado o disposto nos Artigos 20 e 21, deste decreto.

## **Seção II**

### **Das competências relativas ao monitoramento**

**Art. 41** Cabe ao Setor de Comunicação, observadas as competências dos demais órgãos e entidades e as previsões específicas neste decreto:

I - definir o formulário padrão, disponibilizado em meio físico e eletrônico, que estará à disposição no sítio na Internet e no Setor de Comunicação;

II - promover campanha de abrangência municipal de fomento à cultura da transparência na Administração Pública e conscientização sobre o direito fundamental de acesso à informação;

III - promover o treinamento dos agentes públicos e, no que couber, a capacitação das entidades privadas sem fins lucrativos, no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na Administração Pública;

IV - preparar relatório anual com informações referentes à implementação da Lei Federal n.º 12.527/11, a ser encaminhado ao Gabinete do Prefeito;

V - monitorar a aplicação da Lei Federal n.º 12.527/11 e deste decreto, especialmente o cumprimento dos prazos e procedimentos;

VI - definir, em conjunto com o Departamento Jurídico, diretrizes e procedimentos complementares necessários à implementação da Lei Federal n.º 12.527/11; e

VII - prestar e atualizar as informações previstas nos incisos VI e VII, do § 2º, do Artigo 7º deste decreto.

**Art. 42** Compete ao Departamento Jurídico, observadas as competências dos demais órgãos e entidades e as previsões específicas neste decreto, por meio de resolução:



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA**

AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP  
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br

*Capital Nacional das Flores*

Continuação do Decreto n.º 1105/2015.

I - estabelecer procedimentos, regras e padrões de divulgação de informações aopúblico, fixando prazo máximo paraatualização; e

II - prestar e atualizar as informações previstas nos incisos I, III, IV e V, do § 2º, do Artigo 7º deste decreto.

**Art. 43** Os prazos de que trata este decreto computar-se-ão excluindo-se o dia docomeço e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º - Os prazos somente começam a correr no primeiro dia útil após o recebimentoda solicitação ou da interposição de recurso

§ 2º - Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cairem feriado, final de semana ou em dia em que não houver expediente na Prefeitura da Estância Turística de Holambra e nas entidades da Administração Pública Indireta.

**Art. 44** Os órgãos e entidades adequarão suas políticas de gestão da informação, promovendo os ajustes necessários aos processos de registro, processamento, trâmite earquivamento de documentos e informações.

**Art. 45** A divulgação das informações de que trata o Artigo 7º terá início no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação deste decreto.

**Art. 46** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 47** Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 22 de Setembro de 2015.

**FERNANDO FIORI DE GODOY**  
Prefeito Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra na data supra.

**CLAUDINEI FELÍCIO ALVES DA SILVA**  
Diretor Administrativo